



CÉSAR BESSA MONTEIRO, PRESIDENTE DA APCI, AFIRMA

## "Setores mais desenvolvidos procuram a proteção da propriedade industrial"

"Vinhos, vestuário, calçado, móveis, software e as 'start-ups' na biotecnologia são setores que já procuram mais a proteção da propriedade industrial", afirma César Bessa Monteiro. Mas "é necessário que o Governo leve a cabo mais campanhas de sensibilização para proteger o resultado da investigação", acrescenta o especialista da PBBR.

DORA TRONCÃO  
 agenda@vidaeconomica.pt

Há uma relação direta entre a inovação e o crescimento sustentável, tanto a nível nacional como europeu, sendo "fundamental, em Portugal e na Europa, para sair da crise e promover o crescimento sustentável, mudar o paradigma económico atual, baseado na política de baixos salários, para o paradigma da inovação, da investigação e criação de novos produtos", defendeu César Bessa Monteiro, advogado da sociedade PBBR, atual presidente da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (APCI). "O PIB português está a crescer essencialmente devido às ex-



"Se crio uma marca e não a protejo, arrisco-me a que tenha sucesso e o primeiro que a regista é o seu proprietário", afirma César Bessa Monteiro.

portações. Há empresas portuguesas que estão a competir com sucesso no estrangeiro porque inovaram, criaram marcas e novos processos. Vamos ser otimistas. Isto é inovação e é preciso protegê-la."

Segundo o mesmo responsável, "os industriais portugueses têm maior consciência dos benefícios da proteção da propriedade industrial, no entanto, ainda acontece muitas vezes o industrial criar um processo/marca e considerar o preço de proteger a marca um custo e é um investimento. Se crio uma marca e não a protejo, arrisco-me a que tenha sucesso e o primeiro que a regista é o seu proprietário, assim dita a lei em Portugal, e na maior parte dos países", alerta o presidente da APCI.

César Bessa Monteiro, sócio fundador da sociedade de advogados PBBR, que foi o orador na conferência "Inovação e Proteção Internacional" organizada pela AESE, onde deu a conhecer os vários passos necessários para proteger uma marca ou um processo a nível nacional e internacional, entende que "a propriedade industrial está dependente do grau de desenvolvimento e de investigação de um país".

"Os setores mais desenvolvidos já procuram mais a proteção em Portugal, como é o caso dos vinhos, do vestuário, do calçado, dos móveis, do software e, a nível das patentes, das 'start-ups' na biotecnologia. Seria necessário que o Governo levasse a cabo mais campanhas de sensibilização junto dos industriais para a necessidade de proteger o resultado da investigação porque se arriscam a inventar um bom processo, criar uma marca extraordinária, a investir, e só se lembram de proteger quando exportam, e podem encontrar alguém que entretanto registou a marca".

**Em 2010, o valor da contrafação foi 50 milhões de euros em Portugal**

**Contrafação é problema sério**

Estudos da OCDE dizem que a contrafação representa mais do que o PIB de 150 países. Independentemente do problema económico, César Bessa Monteiro entende que "a contrafação é um problema de saúde do consumidor quando falamos, por exemplo, de produtos farmacêuticos que vêm do Extremo Oriente e de alimentos para bebés".

"As redes que se dedicavam ao tráfico de droga e outras condutas menos próprias passaram para a contrafação porque tem penas muito mais leves. Se infringir uma marca, tem uma pena máxima de três anos."

"Lutar contra o crime organizado é complicado, mas, não obstante, tenho experiência de que a fiscalização e as entidades alfandegárias atuam muitíssimo bem. Assim atuassem os tribunais porque a contrafação levanta problemas muito complicados. Em 2010, o valor da contrafação foi 50 milhões de euros em Portugal".

Em Abril de 2012, abriu o Tribunal da Propriedade Intelectual em Lisboa. "Vamos ver o que vai dar. Até lá, toda a gente sabia que os processos iam para tribunal e demoravam anos porque era o Tribunal do Comércio, que tratava da propriedade intelectual, mas também das falências, dos direitos da concorrência, e era impossível conseguir fazer mais", conclui